

---

# CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA BORRALHA

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2022

---

Centro Social Paroquial da Borralha - Rua Chão da Moita nº 233 – Brejo – 3750-866 Borralha  
NIF: 502 811 587 IPSS Utilidade Publica DR nº 295 III Série 20/12/93

Certificado nº 2011/CEP.3967



## Índice

Balanço .....	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas .....	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios .....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	7
Anexo.....	8
1. Identificação da Entidade.....	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	9
3. Principais Políticas Contabilísticas .....	9
3.1. Bases de Apresentação .....	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	10
Ativos Fixos Tangíveis .....	10
Ativos Intangíveis.....	11
Locações.....	11
Imparidades de ativos.....	11
Inventários .....	12
Rédito.....	12
Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	12
Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	12
Efeitos de alterações em taxas de câmbio .....	12
Imposto sobre o Rendimento .....	13
Instrumentos financeiros .....	13
Utentes e outras dividas de terceiros.....	13
Fornecedores e outras dividas a terceiros .....	13
Empréstimos .....	13
Periodizações.....	13
Caixa e depósitos bancários .....	13
Benefícios dos empregados .....	13
3.3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	14

---

4.	Outras Informações.....	15
4.1.	Valores de caixa e depósitos bancários .....	15
4.2.	Movimentos Ativos fixos tangíveis .....	15
4.3.	Custos empréstimos obtidos.....	16
4.4.	Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas .....	16
4.5.	Subsídios à exploração.....	17
4.6.	Colaboradores /Orgão sociais .....	17
4.7.	Explicitação e justificação dos movimentos de fundos patrimoniais .....	18
4.8.	Fornecimentos e serviços externos .....	19
4.9.	Outros gastos e perdas/outros rendimentos e ganhos .....	20
4.10.	Contas a receber e a pagar .....	21
4.11.	Diferimentos .....	22
4.12.	Vendas e serviços prestados .....	22
4.13.	Resultados financeiros .....	23
4.14.	Acontecimentos após data de Balanço.....	23


## BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

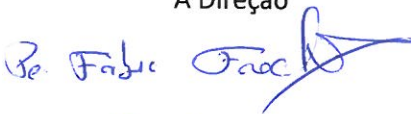

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2022	31-12-2021
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	3.2	1 904 433,20	1.939.925,99
Investimentos financeiros	3.2	6 049,46	5.796,85
Subtotal		1 910 482,66	1.945.722,84
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	3,4.4	9 401,13	12.458,66
Clientes	3,4.10	4 589,44	2.588,81
Estado e outros Entes Públicos	3,4.10	4 497,30	1.120,78
Outras contas a receber	3,4.10	802,20	674,78
Diferimentos	3,4.11	4 896,92	4.631,85
Caixa e depósitos bancários	3,4.1	247 477,42	194.283,79
Subtotal		271 664,41	215.758,67
<b>Total do Ativo</b>		<b>2 182 147,07</b>	<b>2.161.481,51</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	2,4.7	893.434,40	893.434,40
Resultados transitados	2,4.7	258 .897,49	229.262,85
Outras variações nos fundos patrimoniais	2,4.7	765.331,94	745.973,27
Resultado Líquido do período		24.963,34	29.634,64
<b>Total do fundo do capital</b>		<b>1 942 627,17</b>	<b>1.898.305,16</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	3,4.3	58.333,25	78.333,33
Subtotal		58.333,25	78.333,33
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	3,4.10	15 374,92	11.825,29
Estado e outros Entes Públicos	3,4.10	17 186,76	15.648,71
Financiamentos obtidos	3,4.3	20 000,04	20.721,53
Diferimentos	3,4.10	128 083,87	103.347,95
Outras contas a pagar	3,4.10	541,06	33.299,54
Subtotal		181 186,65	184.843,02
<b>Total do passivo</b>		<b>239 519,90</b>	<b>263.176,35</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2 182 147,07</b>	<b>2.161.481,51</b>

BORRALHA, 07 DE MARÇO DE 2023

O Contabilista Certificado

NRº 15019  


A Direção

Centro Social Paroquial da Borralha - Rua Chão da Moita nrº 233 – Brejo – 3750-866 Borralha  
 NIF: 502 811 587 IPSS Utilidade Publica DR nrº 295 III Série 20/12/93

Certificado nrº 2011/CEP.3967



## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS


PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros


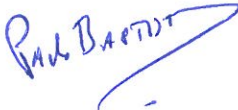
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	3,4.12	277 754,47	237.784,32
Subsídios, doações e legados à exploração	3,4.5	672 558,29	654.076,71
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3,4.4	(109 239,93)	(79.480,16)
Fornecimentos e serviços externos	3,4.8	(118 183,13)	(93.154,45)
Gastos com o pessoal	3,4.6	(646 158,10)	(629.179,44)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3,4.10	1 515,49	115,80
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	3,4.9	17 668,31	10.596,44
Outros gastos e perdas	3,4.9	(6 298,83)	(9.868,87)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>89 616,57</b>	<b>90.890,35</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3,4.2	(63 014,62)	(59.446,69)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>26 601,95</b>	<b>31.443,66</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	3,4.13	159,12	-
Juros e gastos similares suportados	3,4.13	(1 797,73)	(1.809,02)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>24.963,34</b>	<b>29.634,64</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>24.963,34</b>	<b>29.634,64</b>

BORRALHA, 07 DE MARÇO DE 2023

O Contabilista Certificado

URº 15079  


A Direção

Centro Social Paroquial da Borralha - Rua Chão da Moita nº 233 – Brejo – 3750-866 Borralha  
 NIF: 502 811 587 IPSS Utilidade Publica DR nº 295 III Série 20/12/93

Certificado nº 2011/CEP.3967



## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2021

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO 2021	6	2,3,4.17	893.434,40	167.974,28	740.985,68	61.288,57	1.863.682,93	1.863.682,93
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		3,4.17	-	61.288,57	4.987,59	(61.288,57)	4.987,59	4.987,59
		7	-	61.288,57	4.987,59	(61.288,57)	4.987,59	4.987,59
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		8				29.634,64	29.634,64	29.634,64
RESULTADO EXTENSIVO		9=7+8				(31.653,93)	34.622,23	34.622,23
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES								
Outras operações		10	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021		6+7+8+10	893.434,40	229.262,85	745.973,27	29.634,64	1.898.305,16	1.898.305,16

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2022

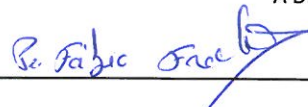
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO 2022	6	2,3,4.17	893.434,40	229.262,85	745.973,27	29.634,64	1.898.305,16	1.898.305,16
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		3,4.17	-	29.634,64	19.358,67	(29.634,64)	19.358,67	19.358,67
		7	-	29.634,64	19.358,67	(29.634,64)	19.358,67	19.358,67
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		8				24.963,34	24.963,34	24.963,34
RESULTADO EXTENSIVO		9=7+8				(4.671,30)	44.322,01	44.322,01
OPERAÇÕES COM								
Outras operações		10	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2022		6+7+8+10	893.434,40	258.897,49	765.331,94	24.963,34	1.942.627,17	1.942.627,17

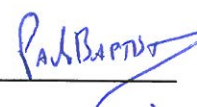
BORRALHA, 07 DE MARÇO DE 2023

O Contabilista Certificado

62015019  


A Direção





Centro Social Paroquial da Borralha - Rua Chão da Moita nº 233 – Brejo – 3750-866 Borralha  
 NIF: 502 811 587 IPSS Utilidade Publica DR nº 295 III Série 20/12/93

Certificado nº 2011/CEP.3967



## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022


Unidade Monetária:

Euros

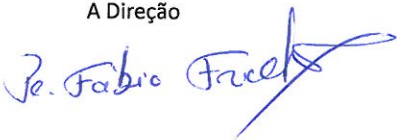

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		280 827,96	239.246,00
Pagamentos de subsídios		(3 246,05)	(1.491,88)
Pagamentos de apoios		(219,49)	(230,16)
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamento a fornecedores		(165 102,16)	(133.973,28)
Pagamentos ao pessoal		(418 652,84)	(404.614,38)
Caixa gerada pelas operações		(306 392,58)	(301.063,70)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		377.002,62	381.141,25
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		70.610,04	80.077,55
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(59 901,30)	(16.250,44)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		5 679,44	15.475,01
Subsídios ao investimento		29 668,23	14.258,43
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(24 553,63)	13.483,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Doações		28 934,99	8.517,69
Outras operações de financiamento			-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(20 000,04)	(1.666,67)
Juros e gastos similares		(1 797,73)	(1.809,02)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		7 137,22	5.042,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		53.193,63	98.602,55
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		194.283,79	95.681,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período		247 477,42	194.283,79

BORRALHA, 07 DE MARÇO DE 2023

O Contabilista Certificado

N.º 15019  


A Direção

Centro Social Paroquial da Borralha - Rua Chão da Moita nº 233 – Brejo – 3750-866 Borralha  
 NIF: 502 811 587 IPSS Utilidade Publica DR nº 295 III Série 20/12/93

Certificado nº 2011/CEP.3967



## ANEXO

### 1. Identificação da entidade

O Centro Social Paroquial da Borralha (CSPB), é uma instituição sem fins lucrativos de utilidade pública, constituída sob a forma de IPSS, com estatutos publicados registados na Direção Geral da Ação Social pela inscrição nº 31 793, fl 24 Livro 5 das Fundações de Solidariedade Social, publicados no Diário da República nº 295 Serie III de 20/12/93.

Tem como objetivos:

1. A promoção integral de todos os utentes e comunidade em geral, coadjuvando os serviços públicos competentes e as instituições particulares num espírito de solidariedade humana, cristã e social;
2. Garantir a todos clientes/utentes da freguesia da Borralha e freguesias limítrofes o acesso crescente a serviços de qualidade, cada vez mais adequados à satisfação das suas necessidades.

Caracterização da atividade institucional em 2022:

ATIVIDADES / SERVIÇOS		CRECHE	EEPE	CATL	CDIA	CCONV	SAD	AAS	RA	SCOM	AEC	OSCOM	TOTAL	
UTENTES	CAPACIDADE	39	50	40	25	40	20	65	5		61	40	385	
	FREQUENCIA MEDIA 2021	39	50	40	25	22	19	65	5		61	35	361	
MEDIA FUNCIONARIOS		8	5	3	3	2	5	4	4	8	1		43	
CEI/CEI+/ESTÁGIO/MAREESS/VOLUNT.		2		2						2			6	
ESPAÇOS	AREAS M2	225	179	140	383			30	465	952			2374	
	SALAS	3	2	1	1	1			4				12	
	GABINETES		1		1			1	1	3			7	
	WC	3	3	2	4			1	3	3			19	
	POLIVALENTE							1						1
	COZINHA/REFEITORIO	1	1						1					3
	LAVANDARIA	1							1					2
	QUARTOS								3					3
	OUTRAS AREAS	2							3	4				9
	TERRENO							8.848,95m2						1
	CASA DA QUINTA							181 m2						1
VIATURAS	LIGEIRAS 9 LUGARES							3						3
	LIGERAS 2/3 LUGARES						3	1					4	

<b>LEGENDA:</b>	EEPE - Estabelecimento Ensino Pré-Escolar	AAS - Atendimento e Acompanhamento Social
	CATL - Centro Catividades Tempos Livres	RA - Residência Autónoma
	CDIA- Centro Dia	SCOM -Serviços Comuns
	CCONV- Centro Convívio	AEC - Atividades de Enriquecimento Curricular
	SAD - Serviço Apoio Domiciliário	OSCOM - Outros serviços à comunidade

## 2. Referencial contabilístico e de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo – NCRF-ESNL, de acordo com o Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 março, que integra Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com as alterações prevista no Decreto-lei nº 98/2015, de 2 de junho.

## 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pelo CSPB na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o CSPB continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 10 e 11) e “Diferimentos” (Notas 10 e 11)

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que

não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade do CSPB, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

### 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que o CSPB espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos ao CSPB a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que o CSPB tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis aumentar a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo e de acordo com as tabelas taxas específicas e genéricas previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro:

- Edifícios e outras construções: 50 anos .....2,00%

- Edificações ligeiras: 10 anos.....10,00%
- Muros:20 anos .....5,00%
- Equipamento básico: 6 anos .....16,66%
- Equipamento de Transporte: 5 anos .....20,00%
- Equipamento de Transporte :4 anos .....25,00%
- Equipamento de Transporte:10 anos.....10,00%
- Equipamento Administrativo:
  - Maquinas escritório e mobiliário:6 anos .....16,66%
  - Equipamento Informático: 5 anos.....20,00%
  - Software: 3 anos .....33,33%
- Outros ativos fixos tangíveis:
  - Ferramentas e utensílios: 4 anos .....25,00%
  - Restantes ativos fixos tangíveis: ...conforme tabela regulamentar.



Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo tangível são determinadas com a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registada na Demonstração de resultados nas rubricas Outros Rendimentos e Ganhos ou Outros Gastos e Perdas.

#### **Ativos Intangíveis**

O CSPB não dispõe de ativos fixos intangíveis.

#### **Loações**

Em 2022 o CSPB não contratualizou nenhuma operação de locação e não tinha responsabilidades de locação ativas.

#### **Imparidade de ativos**

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração de resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

#### **Inventários**

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

As matérias-primas, subsidiárias de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição que inclui as despesas incorridas até ao armazenamento.

### **Rédito**

O redito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O redito proveniente da prestação de serviços é reconhecido pelo justo valor a receber.

O redito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

### **Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Centro tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir, uma saída de recursos englobando benefícios económicos e não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### **Subsídios do Governo e Apoios do Governo**

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidas e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados em Outras Variações nos Fundos Patrimoniais e reconhecidos na Demonstração de resultados, proporcionalmente às depreciações/ amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

### **Efeitos de alterações em taxas de câmbio**

Não se aplica, por inexistência de ativos ou passivos em moeda estrangeira.

### **Impostos sobre o rendimento**

O CSPB passou à condição de sujeito passivo misto desde 10 de dezembro de 2015, praticando assim operações isentas e operações sujeitas a imposto sobre o valor acrescentado.

### **Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

➤ **Utentes e outras dívidas de terceiros**

As dívidas de utentes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de utentes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que são recuperáveis. Se assim for é reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, o CSPB tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimentos das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

➤ **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

➤ **Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo método do custo.

➤ **Periodizações**

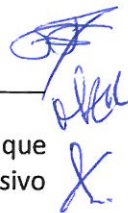
As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas: Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

➤ **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos.

### **BENEFICIOS DOS EMPREGADOS**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, prémios adicionais, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e outras retribuições adicionais decididas pela Direção, bem como o cumprimento de todas as obrigações legais.



As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios a curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

### **3.3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade a partir dos registos contabilísticos do CSPB.

**Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:**

Na preparação das Demonstrações financeiras, a Direção baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

**Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):**

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

#### 4. Outras Informações

##### 4.1. Valores de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2022	2021
Caixa	435,28	28,55
Depósitos à ordem	197.042,14	143.960,24
Depósitos a prazo	50.000,00	50.000,00
Outros (valores a depositar)	-----	295,00
<b>Total</b>	<b>247.477,42</b>	<b>194.283,79</b>

De referenciar que o valor de depósitos a prazo 50.000,00 € se encontra a garantir o bom cumprimento da conta corrente caucionada contraída junto da CCAM cujo plafond é de 100.000,00 €, que em 31 de dezembro de 2022 se encontrava totalmente disponível.

##### 4.2. Movimentos Ativos Fixos Tangíveis

- a) O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis no exercício de 2022, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates/ Alienações	Transferências/ reversoes	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	500.808,79					500.808,79
Benfeitorias no terreno	4.410,74					4.410,74
Edifícios e outras construções	1.828.634,36	22.726,69				1.851.361,05
Equipamento básico	266.973,86	1.399,00				268.372,86
Equipamento de transporte	168.370,37					168.370,37
Equipamento administrativo	80.232,64	1.340,25				81.572,89
Ativos Biológicos	62,54					62,54
Outros Ativos fixos tangíveis	83.364,42	2.055,89				85.420,31
<b>Total</b>	<b>2.932.857,72</b>	<b>27.521,83</b>				<b>2.960.379,55</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Benfeitorias no terreno	462,25	88,00				550,25
Edifícios e outras construções	522.150,24	43.346,67				565 496,91
Equipamento básico	247.818,30	4.280,90				252 099,20
Equipamento de transporte	96.283,47	10.079,00				106 362,47
Equipamento administrativo	68.559,04	2.154,42				70 713,46
Outros Ativos fixos tangíveis	57.658,43	3.065,63				60 724,06
<b>Total</b>	<b>992.931,73</b>	<b>63.014,62</b>				<b>1 055 946,35</b>

b) Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzidos de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

c) No exercício de 2022 não se registaram alienações de ativos fixos tangíveis.

d) Na rubrica investimentos financeiros encontram-se registado o valor das unidades de participação do fundo compensação trabalho, contabilizadas por cada colaborador.

#### 4.3 Custos de empréstimos obtidos

- a) Os juros de empréstimos não são capitalizados como parte do custo de quaisquer ativos;
- b) No exercício de 2022 não se recorreu a financiamento bancário.
- c) Em 2022 apenas existia o empréstimo contraído em 2020 ao abrigo da Linha de Crédito “Linha de Apoio ao Sector Social – COVID 19, nas seguintes condições:
1. **Montante:** 100.000€
  2. **Prazo:** 72 meses ( 12 meses carência);
  3. **Taxa de Juro:** Euribor12M + 1% = TAN: 1%;
  4. **Garantias:** livrança subscrita + SGM a 90% (do capital em dívida a cada momento);

d) Os empréstimos obtidos e a sua duração são os seguintes:

#### Empréstimos Bancários

Descrição	2022			2021		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	20.000,04		20.000,04	20.721,53		20.721,53
De um a cinco anos	58.333,25		58.333,25	78.333,33		78.333,33
Mais de cinco anos						
<b>Total</b>	<b>78.333,29</b>		<b>78.333,29</b>	<b>99.054,86</b>		<b>99.054,86</b>

#### 4.4. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2021	Compras	Reclassificações regularizações	Inventário em 31-Dez-2021	Compras	Reclassificações regularizações	Inventário em 31-Dez-2022
Mat.-primas,Subsid.econsumo	87,96	54.557,84	14.805,77	102,42	75.825,76	20.072,06	170,79
Géneros alimentares	9.116,88	11.184,26	2.186,11	12.356,24	8.173,25	2.111,33	9.230,34
Prod.Limpeza,HigieneConforto							
<b>Total</b>	<b>9.204,84</b>	<b>65.742,10</b>	<b>16.991,88</b>	<b>12.458,66</b>	<b>83.999,01</b>	<b>22.183,39</b>	<b>9.401,13</b>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2021	2022
Géneros alimentares	69.349,15	95.829,45
Produtos limpeza, higiene e conforto	10.131,01	13.410,48
<b>Custo Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo</b>	<b>79.480,16</b>	<b>109.239,93</b>

De referenciar que o número médio de refeições servidas em 2022, considerando os pequenos-almoços e lanches como ½ refeição, refletiu um acréscimo de aproximadamente 12,0%, passando de 76.761 em 2021 para 85.753 em 2022.

Por outro lado, em sequencia da instabilidade de mercado os preços de aquisição dos géneros alimentares e dos produtos de limpeza, higiene e conforto, registaram aumentos sucessivos e substanciais, inflacionando incomparavelmente o custo final.

#### 4.5. Subsídios, Doações e Legados à exploração

Em 2022 a rubrica de Subsídios, Doações e Legados à Exploração registou os seguintes valores comparativamente a 2021:

Descrição	2022		2021	
<b>Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos</b>				
Comparticipações ISS IP	563.287,75		534.760,58	
ISS IP – Medidas Extraordinárias COVID 19 – Apoio Família	111,00		0,00	
ISS IP – Medidas Extraordinárias COVID 19 – LayOff Simplif	0		15.819,04	
ISS IP - Programa Adaptar Social +	0	563.398,75	2.131,25	552.710,87
Comparticipações Autarquias – Apoio Atividade Normal	11.509,29		12.396,98	
Autarquias – Medidas Extraordinárias Covid19	0,00		0,00	
		11.509,29		12.396,98
IEFP Medidas Apoio Emprego	20.150,60		38.304,02	
IEFP Medidas Apoio Emprego - Extraord. MAREESS/Outra	247,68		3.250,04	
IEFP Medida de Incentivo à Normalização Atividade	9.975,00	30.373,28	9.975,00	51.529,06
Ministério da Educação –Prog.Exp.Pré Escolar	12.691,56	12.691,56	9.605,40	9.605,40
IAPMEI – Compensação SMN	2.520,00	2.520,00	1.140,75	1.140,75
<b>Sub-total</b>		<b>620.492,88</b>		<b>627.383,06</b>
Doações e Legados				
Doações monetárias	28.934,99		8.517,69	
Doações géneros	21.019,09		15.889,85	
Doações utensílios e material consumo	2.111,33	52.065,41	2.286,11	26.693,65
<b>Sub-total</b>		<b>52.065,41</b>		<b>26.693,65</b>
<b>Total Subsídios e Doações</b>		<b>672.558,29</b>		<b>654.076,71</b>

#### 4.6. Colaboradores/Órgãos Sociais

1. Em 2022 o número médio de colaboradores foi de 43.

2. No ano de 2022 mantiveram-se os 8 elementos dos órgãos sociais, não obstante ter sido nomeado um novo elemento do conselho fiscal, por força de um vogal ter falecido:
- Direção: 5 membros.
  - Conselho Fiscal: 3 membros;

2. Gastos com o pessoal

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	503.731,69	489.700,64
Encargos sobre as Remunerações	113.003,76	102.210,05
Seguro Acid.Trabalho e Doenças Profission	5.704,93	5.248,64
Outros Gastos com o Pessoal	23.717,72	32.020,11
<b>Total</b>	<b>646.158,10</b>	<b>629.179,44</b>

Nos Gastos com o Pessoal de 2022 está refletida a alteração salarial por força da atualização do SMN de 665,00 € para 705,00€, bem como da tabela remunerativa do Contrato Coletivo de Trabalho.

No ano verificou-se um aumento na contratação de colaboradores, passando de 6 em 2021 para 9 em 2022.

Registaram-se ainda 4 cessações de contrato trabalho, tal como no ano transato, três por iniciativa do trabalhador com aviso prévio e uma por abandono de trabalho.

Os custos com pessoal aumentaram substancialmente em relação ao ano anterior tendo em conta que:

- o aumento do SMN abrangeu um maior numero de colaboradores;
- deixou de se verificar o recursos a medidas extraordinárias de mitigação do COVID19;
- a atualização da tabela salarial do Contrato Coletivo de Trabalho implicou a revisão substancial da massa salarial;
- a repercussão dos fatores anteriores nos respetivos encargos com remunerações.

A rubrica: Outros Gastos com Pessoal relativa a 2022 reflete os gastos com medidas de promoção de emprego (CEI, CEI+ e Estágio) no montante de 11.623,75 €, com o seguro de saúde subscrito a favor dos trabalhadores no valor de 9.331,62 € e outros gastos com pessoal no montante de 2.762,35 € relacionados com vestuário e calçado profissional, medicamentos e artigos saúde, formação e medicina e saúde no trabalho.

#### 4.7. Explicação e justificação dos movimentos de Fundos Patrimoniais

- **Fundos:** não houve alteração em relação ao exercício anterior;
- **Resultados Transitados:** verificou-se um aumento desta conta de 29.634,64 € consequência da transferência dos Resultados Líquidos de 2021.
- **Outras variações nos fundos:**

- Subsídios ao investimento tiveram aumento de 29.668,23 € referente recebimento das seguintes verbas:

- Medida A do Programa de Apoio da Camara Municipal de Águeda – Protocolo nº 270/2021 – 10.000,00 €, Candidatura Fundo de Eficiência Energética nº C25B.009.6 – Luminárias - 2.168,23 € e Adiantamento do PRR ( Mobilidade Verde) ao abrigo da Candidatura nº PRR-RE-C03-i01-000415 - 17.500,00 €.

Tiveram ainda uma diminuição referente à imputação das depreciações aos subsídios ao investimento: no valor de menos 8.942,26€ e 1.367,30 € de equipamento doado.

Descrição	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2022
Fundos	893.434,40		-	893.434,40
Resultados transitados	229.262,85	29.634,64	-	258.897,49
Outras variações nos fundos patrimoniais	745.973,27	29.668,23	(10.309,56)	765.331,94
<b>Total</b>	<b>1.868.670,52</b>	<b>59.302,87</b>	<b>(10.309,56)</b>	<b>1.917.663,83</b>

#### 4.8. Fornecimentos e serviços externos

Em 2022 os gastos com fornecimento e serviços externos repartiram-se da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Serviços especializados (a)	31.001,93	21.439,27
Conservação e Reparação	24.176,86	14.661,93
Materiais	5.375,86	4.695,39
Energia e fluidos	35.373,88	36.959,31
Deslocações, estadas e transportes	7.289,16	2.618,82
Serviços diversos (*)	14.965,44	12.779,73
Seguros	8.047,76	8.012,16
<b>Total</b>	<b>118.183,13</b>	<b>93.154,45</b>

\* Discriminadas as rubricas mais relevantes

(a) O valor da rubrica Conservação e reparação foi evidenciado individualmente tendo em conta o seu valor relevante.

Face à aumento da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos em 2022, cumpre informar que:

- a rubrica de serviços especializados aumentou 9.562,66 € essencialmente devido:

- ✓ à retoma integral das atividades de yoga e inglês, além da contratação de outras atividades como a Musicoterapia- 2.805,00€
- ✓ ao aumento do recurso a prestadores serviços de apoio domiciliário – 1.375,00 €
- ✓ a publicidade e propaganda – 1.028,00 € (tshirt's)
- ✓ a honorários – 772,06 € (engenheira alimentar)
- ✓ a serviços enfermagem – 768,00 €
- ✓ a auditoria APCER – 1.212,12 €
- ✓ a subscrição plataforma e-social – 1.191, 87 €

- a rubrica de conservação e reparação apresenta um aumento de 9.514,93 €, sendo

- ✓ 6.573,78 € com edifícios e instalações (inundação da creche)
  - ✓ 3.334,34 € da rubrica de transportes
  - ✓ que a conservação e reparação de outros equipamentos diminuiu 504,03€;
- a rubrica de energia e fluidos evidenciou uma diminuição de 1.585,43 € relativamente ao ano anterior, sobretudo pela diminuição dos custos com energia elétrica em 5.784,56 €, apesar do custo com combustíveis e gaz ter aumentado 3.026,38 € e 1.868.,29 € respetivamente.
- a rubrica deslocações e estadas revela o custo das deslocações das utentes da Residência Autónoma por uma semana a Paris e as várias deslocações dos utentes de infância e idosos para locais de interesse cultural e religioso.

*[Handwritten signatures and initials]*

#### 4.9. Outros gastos e perdas/outros rendimentos e ganhos

Outros gastos e perdas/outros rendimentos e ganhos repartiram-se pelas seguintes rubricas:

##### Outros gastos e perdas

Descrição	2022	2021
Impostos e taxas	1.316,24	150,00
Donativos	160,00	5.765,00
Quotizações	405,00	405,00
Custos com apoios financeiros e outros	4.412,57	2.575,96
Correções relativas a períodos anteriores	0,04	720,79
Outros gastos e perdas	4,98	252,12
<b>Total</b>	<b>6.298,83</b>	<b>9.868,87</b>

##### Outros rendimentos e ganhos

Descrição	2022	2021
Descontos pronto pagamento	67,25	4,50
Ganhos em inventários	396,86	106,51
Rendimentos e ganhos em invest. financeiros	9,39	10,83
Rendimentos e ganhos em invest. não financeiros	5.679,44	475,01
Imputação de subsídios ao investimento	10.309,26	9.270,84
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	0,30	40,34
Outros rendimentos e ganhos	1.205,81	688,41
<b>Total</b>	<b>17.668,31</b>	<b>10.596,44</b>

Na rubrica de outros gastos e perdas as verbas mais relevantes são:

- a rubrica de impostos e taxas reflete o valor de taxas pagas a várias entidades, nomeadamente ADENE, ANPC, CMA e outras;
- Custos com apoios financeiros e outros, que correspondem sobretudo aos subsídios monetários e em géneros atribuídos às famílias apoiadas pela resposta social de Atendimento e Acompanhamento Social 4.193,08 €.

Na rubrica de outros rendimentos e ganhos estão evidenciados:

- A indemnização da seguradora relativa à avaria do motor do portão sul (5.679,44 €);
- A imputação de quota parte dos subsídios ao investimento (10.309,26 €), por força da especialização do exercício.

#### 4.10. Contas a receber e a pagar

Descrevem-se de seguida as principais rubricas de contas a receber e a pagar:

Descrição	2022	2021
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	2.076,18	869,46
Utentes	2.963,76	2.942,85
<b>Adiantamento clientes e utentes</b>	(412,75)	(1.008,50)
<b>Perdas por Imparidade acumuladas</b>	(37,75)	(215,00)
<b>Total</b>	<b>4.589,44</b>	<b>2.588,81</b>

No ano de 2022 recuperaram-se 1.553,24 € de dívidas de utentes de anos anteriores.

##### Outras contas a receber

Descrição	2022	2021
Pessoal	150,00	0,00
Outros Devedores	406,28	540,00
Fornecedores de Investimento	245,92	134,78
<b>Total</b>	<b>802,20</b>	<b>674,78</b>

##### Outras contas a pagar

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	15.374,92	11.825,29
	15.374,92	11.825,29
Fornecedores de investimento	0	33.128,54
Outros credores	541,06	171,00
	541,06	33.299,54
<b>Total</b>	<b>15.915,98</b>	<b>45.124,83</b>

##### Estado e Outros Entes Públicos

Descrição	2022	2021
<b>Activo</b>		
IVA – Suportado a restituir	4.497,30	1.120,78
<b>Total</b>	<b>4.497,30</b>	<b>1.120,78</b>
<b>Passivo</b>		
Retenções IRS	3.265,25	2.653,48
IVA a pagar	529,02	1.314,29
Segurança Social	13.240,84	11.528,91
Outras Tributações (FCT e FGCT)	151,65	152,03
<b>Total</b>	<b>17.186,76</b>	<b>15.648,71</b>

De referir que o CSPB tem a sua situação contributiva e tributária regularizada, os valores apresentados correspondem aos montantes apurados em dezembro de 2022 cujo prazo de pagamento ocorre em janeiro e fevereiro de 2023.

#### Outras contas a pagar

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos	-	92.319,74	-	94.195,52
Rendimentos com gastos a reconhecer	-	9.152,43	-	9.152,43
Rendimentos a reconhecer -Subsídios	-	26.611,70	-	-
<b>Total</b>	-	<b>128.083,87</b>	-	<b>103.347,95</b>

O valor de Outras Contas a Pagar regista:

- 90.208,48 € do valor estimado de Férias e Subsídio de Férias e respetivos encargos da conta da entidade patronal, relativos a 2022 cuja liquidação ocorrerá durante o exercício de 2023;
- 2.111,26 € corresponde a outros encargos relativos a 2022 como água, eletricidade e combustíveis debitados em 2023;
- 26.611,70 € correspondente antecipação da atualização de comparticipações e apoio extraordinário de 2023, pago pelo Centro Distrital da Segurança Social em dezembro de 2022.

#### 4.11. Diferimentos

Descrição	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Gastos com seguros a reconhecer	4.896,92	4.631,85
Rendimentos a reconhecer		
Rendimentos com gasto a reconhecer	(9.152,43)	(9.152,43)
Subsídios do Centro Distrital da Segurança Social	(26.611,70)	-
<b>Total</b>	<b>(30.867,21)</b>	<b>(4.520,58)</b>

Na rubrica de Diferimentos encontra-se o montante de 9.152,43 € de rendimentos com gasto a reconhecer relativo remanescente do regaste dos seguros caução da obra da Residência Autónoma, destinados a fazer face aos defeitos da obra, sendo que o valor inicial era de 10.122,90 €.

Foram ainda diferidos 26.611,70 € relativos a antecipação em 2022 de subsídios por parte do Centro Distrital da Segurança Social, nomeadamente 4,2% dos 5% de atualização das comparticipações e apoio extraordinário de 2023, ambos no âmbito do acordado no compromisso de cooperação.

#### 4.12 Vendas e serviços prestados

Descrição	2022	2021
Prestação de Serviços		
Mensalidades e matrículas	261.078,14	224.893,32
Serviços Secundários		
Refeições escolares	10.801,33	9.328,50
Outros serviços	5.875,00	3.562,50
<b>Total</b>	<b>277.754,47</b>	<b>237.784,32</b>

## 4.13. Resultados financeiros

Descrição	2022	2021
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	1.080,70	1.062,62
Outros gastos e perdas de financiamento	717,03	746,40
<b>Total</b>	<b>1.797,73</b>	<b>1.809,02</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	156,12	0,00
Outros rendimentos similares	3,00	0,00
<b>Total</b>	<b>159,12</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(1.638,61)</b>	<b>(1.809,02)</b>

## 4.14 Acontecimentos após data de Balanço

Apesar dos fatores inesperados que “abalaram” o normal funcionamento das economias, em 2022, como a guerra na Ucrânia, as pressões inflacionistas, a mudança súbita da política monetária conduzida pelas economias mais desenvolvidas e os elevados preços da energia, a economia portuguesa mostrou-se resiliente, não obstante a fragilidade causada pelas circunstâncias pandêmicas vividas nos últimos anos. Tal facto veio a refletir-se na atividade operacional do CSPB de forma positiva.

Porém a imprevisibilidade da evolução do conflito na Ucrânia, a estratégia que os países adotarão para lidar com os efeitos do controlo da pandemia (nomeadamente a China) e o surgimento de potenciais disrupções nas cadeias de abastecimento são fatores de pressão no rumo das economias, particularmente dos países europeus. Como resultado, diversos países evidenciam já no final de 2022, uma contração económica, que se estenderá durante parte do ano de 2023.

Este contexto particularmente desafiante, marcado pela incerteza, no qual a inflação e a guerra constituem ameaças inquietantes, afetará o desempenho financeiro de Portugal também.

Certo é que o agravamento das taxas de juro ocorridas no primeiro trimestre de 2023, bem com a perspetiva de novos aumentos emanada pelo Banco Central Europeu, conduzirão a uma inflação de preços e consequentemente á diminuição de liquidez das famílias, empresas e demais entidades económicas, podendo implicar menor capacidade financeira de satisfazer os seus encargos.

Assim sendo prevê-se que após a data de balanço a contração da economia e o baixo desempenho financeiro previsto, venha a promover uma crise social que impactará na atividade operacional e financeira das instituições do sector social, na qual se inclui o Centro Social Paroquial da Borralha.



IPSS registada na Direcção-Geral da Acção Social pela inscrição nº 31/93, fl.25  
Livro 5 das Fundações de Solidariedade Social Diário da República, 20/12/93, nº 295 -III Série  
PESSOA COLECTIVA DE UTILIDADE PÚBLICA NIPC 502 811 587 | NISS 116 042374 805

## Centro Social Paroquial da Borralha

Telef.:234 602 301 | Fax: 234 292 791 | e-mail: geral@cspborralha.pt  
Rua Chão da Moita nº 233 - Brejo - 3750 - 866 BORRALHA

### PARECER CONSELHO FISCAL

Em cumprimento da legislação em vigor e do preceituado nos Estatutos, vem o Conselho Fiscal do Centro Social e Paroquial da Borralha, emitir Parecer sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2022, remetidas pela Direcção .

As contas apresentadas merecem as seguintes considerações:

- O Conselho Fiscal, com a colaboração da Direcção, procedeu a análise das Demonstrações Financeiras do exercício de 2022, verificando que os referidos documentos contêm a informação considerada adequada sobre a atividade institucional durante o exercício económico em questão e a sua posição patrimonial em 31 de dezembro de 2022.

Face ao exposto, entendemos que as Demonstrações Financeiras do exercício de 2022 do Centro Social Paroquial da Borralha, satisfazem os preceitos legais, pelo que emitimos parecer favorável à sua aprovação.

Borralha , 18 de abril de 2023

O Conselho Fiscal

Presidente: \_\_\_\_\_

Vogal: \_\_\_\_\_

Vogal: \_\_\_\_\_